

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: as escolas particulares no Paraná

Maria Cecília Marins de Oliveira¹ (Setor de Educação, UFPR)

RESUMO

As escolas particulares, criadas no Paraná, desempenharam papel relevante na educação, por seu padrão de ensino e sua clientela das camadas mais elevadas da sociedade. Subvenções e outras vantagens dos Governos incentivaram a criação de escolas leigas e religiosas em centros mais populosos. Curitiba, a capital, concentrou maior número de estabelecimentos. Por sua eficiência, as escolas contribuíram com as políticas de educação, ocupadas com a expansão da rede escolar pública. O funcionamento de instituições particulares completou o quadro da rede escolar, atendendo crianças e jovens paranaenses.

Palavras-chave: escolas particulares – organização – subvenção - ação educacional.

ABSTRACT

The private schools opened in Paraná, played an important role in education due to their teaching standards and their clientele, who belonged to the most prestigious layers of society. Provided by the government, subventions as well as other advantages encouraged the development of secular and religious schools in populous urban centers. The Capital, Curitiba, concentrated the greatest number of establishments. Thanks to their efficiency, the schools contributed to the education policies, which were oriented to the expansion of public schooling. These private institutions complemented the structure of the educational system, assisting children and youngsters from Paraná.

Key-words: private schools – organization – subvention - educational action

¹ * Maria Cecília Marins de Oliveira é Doutora em Educação pela USP. E-mail: cecioliveira@onda.com.br

A idéia de organizar a estrutura escolar no Brasil, segundo os moldes republicanos, foi acompanhada por uma série de medidas que tentaram introduzir uma nova concepção de educação e atingir os três níveis de ensino. O conservadorismo da sociedade brasileira foi um dos obstáculos à implantação imediata de inovações que, aos poucos, foram introduzidas, alterando o panorama da educação.

As sucessivas reformas de ensino para o Distrito Federal foram a continuidade da prática realizada no Império, para serem diretrizes dos regulamentos estaduais, como o foram para aqueles provinciais. No Império, visando à uniformização do ensino, foi aprovada, em 1854, a Reforma proposta pelo Ministro Couto Ferraz que imprimiu sentido direcional aos regulamentos nas Províncias. Com forte influência francesa, tanto na organização do currículo quanto na inspeção escolar, a Reforma repercutiu no primeiro Regulamento da Província do Paraná, aprovado em 1857. Pelo Regulamento, tal como a Reforma, estava prevista a criação de escolas particulares por professores que provassem sua capacitação junto às autoridades responsáveis pelo ensino.

Por ocasião da emancipação política, em 1853, a Província do Paraná contava com um número restrito de escolas de Primeiras Letras, 28 públicas e 3 particulares, distribuídas entre cidades, vilas e povoados. A vida urbana, ainda um tanto acanhada, não estava a exigir tantas escolas para uma reduzida população escolar. As escolas particulares funcionavam em cidades do litoral, como Paranaguá e Porto de Cima, que tinham vida social e comercial movimentadas. Curitiba, embora escolhida para capital da Província, ainda não contava com este tipo de ensino. Outros tipos de aulas, como de língua francesa e música, funcionavam em Paranaguá, Porto de Cima e Guarapuava, esta última no interior do Paraná (OLIVEIRA, 1986, p. 172-3).

Por sua vez, o ensino secundário já fora criado em Curitiba, por força da Lei nº 34, de março de 1846, funcionando no Liceu por meio de aulas avulsas, dentre as quais de língua francesa e latim, que funcionavam mais regularmente. As demais matérias, como eram chamadas, nem chegaram a funcionar por falta de professores ou por professores que não assumiram as aulas. Aliás, tal situação não se restringia ao Paraná, uma vez que em outras Províncias e, mesmo no Município da Corte, eram grandes as dificuldades para encontrarem-se professores capacitados.

No Paraná, cumpre salientar os problemas em torno do ensino, que iam desde a falta de recursos até a falta de professores, tendo em vista a situação financeira precária e a falta de infra-estrutura da nova Província. O isolamento dos pequenos centros urbanos, devido às péssimas condições das estradas, inviabilizava o

deslocamento e a comunicação entre suas populações. A economia pouco expressiva, ligada às atividades extrativas da erva-mate e da madeira, à criação de gado e à agricultura de subsistência, não gerou recursos significativos para a receita provincial paulista, na fase em que o Paraná era comarca daquela Província. Dessa maneira, pouca atenção foi dispensada ao Paraná, que somente obtinha algum benefício após insistentes pedidos.

Em relação à educação, pouco se fez na fase do Paraná Comarca. Os investimentos no ensino por particulares foram altamente restritos. A partir da emancipação política, os paranaenses puderam melhor organizar-se, instituir suas leis e incentivar sua economia ervateira. Os regulamentos para a instrução pública foram criados e, neles, constavam determinações e incentivos relacionados à criação de escolas ou aulas particulares.

No período provincial, a fase mais promissora da educação foi na década de 1870, principalmente no período da Presidência de Adolpho Lamenha Lins (1875-1877), que determinou, por meio do Regulamento da Instrução Pública de 1876, uma série de medidas em relação à educação, tais como: promoção de concursos para o ingresso no magistério público; expansão da rede escolar pública; criação da Escola Normal; e, reinteração de incentivos para a criação de escolas particulares. Estes incentivos já vigoravam no Paraná na condição de Comarca, haja vista a subvenção dada a duas escolas, uma masculina e outra feminina, criadas por Germano Laisten e Mme. Gabriela Toulois, em Paranaguá (OLIVEIRA, 1985 p.127).

No período provincial foi famoso o colégio do professor Jacob Müller, criado em Curitiba em 1868. Subvencionado pelo Governo, o colégio manteve aulas de ensino primário e secundário, em regime de internato e externato. Seus alunos pertenciam à famílias de destacada posição social, muitos dos quais tiveram participação ativa na vida econômica, política e cultural do Paraná, como o foram Victor Ferreira do Amaral, de família proveniente da tradicional cidade da Lapa e, posteriormente, um dos fundadores da Universidade do Paraná, em

1912, Vicente Machado, político brilhante, eleito no período republicano à Presidência do Estado, Arthur Martins Lopes, um dos herdeiros da Imprensa Paranaense e Nicolau Maëder, engenheiro e professor da Universidade do Paraná (LIMA, 1982, p.23).

A organização do colégio de Jacob Müller e o padrão social de sua clientela garantiram o prestígio que desfrutou nos anos de seu funcionamento. O mesmo não se podia dizer do Liceu, com funcionamento irregular e intermitente, devido às más condições físicas, materiais e humanas. As aulas avulsas, fossem as do Liceu, fossem independentes e isoladas, pouco contribuíram para o desenvolvimento do ensino secundário, em razão da inconstância e precariedade do seu funcionamento. A melhor forma de oferecer-se ensino de qualidade era recorrendo-se aos serviços prestados pelas escolas particulares, razão pela qual os governos criavam incentivos e subvenções, visando atrair a atenção de educadores para a instalação deste tipo de escola no Paraná.

A formação técnico-profissional que os governos paranaenses há muito tempo já incluíam em seus regulamentos (como opção de prolongamento de estudos para aqueles sem condições financeiras de cursarem ensino superior), tornou-se realidade com a criação da Escola de Desenho e Pintura, fundada em Curitiba, em 1887, por Mariano de Lima, que passou a denominar-se, em 1889, Escola de Artes e Indústria do Paraná. Sem discriminar a procedência social dos alunos, a Escola recebeu alunos de diferentes camadas sociais, sendo verificada a tendência que foi confirmando-se: a freqüência de filhos de operários e trabalhadores em geral. Em 1898, a Escola contava com uma clientela expressiva de 128 alunos, de ambos os sexos, que se distribuíam pelos seus oito cursos: Auxiliar de Línguas e Ciências, Música, Desenho, Arquitetura, Pintura, Artes e Indústrias, Propaganda e Biblioteca (WACHOWICZ, 1983, p. 26-8).

O bom nível de formação dos cursos chamou a atenção das autoridades que resolveram aproveitar a ministração de alguns deles para os alunos da Escola Normal, cujo currículo contava com disciplinas de idêntica programação. Todavia, os jovens normalistas resistiram à decisão e rejeitaram seu ingresso e freqüência neste tipo de escola, tendo em vista as diferenças sociais entre os cursistas da Escola de Artes e os da Escola Normal, estes últimos, jovens de famílias tradicionais de Curitiba.

Em razão do atrito social, o professor Paulo Ildefonso de Assunção, organizou, em 1884, o Conservatório de Belas Artes, com cursos que poderiam atender às necessidades da Escola Normal e daqueles que pretendiam o ingresso em algum dos seus cursos. A freqüência logo se apresentou elevada, com 91 alunos, a maioria do sexo feminino. O Conservatório continuou suas atividades, recebendo, tal como a Escola de Artes, subvenção do Governo (PR. Relatório em 1º de Setembro de 1896, p. 58).

Em 1914, a Escola de Artes e Indústria, com a nova denominação de Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, foi desdobrada em seis cursos, com a finalidade de criar-se uma Escola Profissional Feminina (PR. Relatório em 31 de Dezembro de 1914, p. 17-8). Em 1916, a Escola tinha em pleno funcionamento aulas de pintura, desenho, flores, chapéus e corte e costura (PR. Relatório em 31 de Dezembro de 1916, p. 191-9). No ano seguinte, a Escola passou a integrar o quadro das instituições públicas do Estado, sendo instalada na rua Dr. Murici (PR. Relatório em 31 de Dezembro de 1917, p. 175).

Em 1903, o Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Victor do Amaral, propunha a criação de um curso agrônômico e de zootecnia, já que o Paraná era um Estado predominantemente agrícola (PR. Relatório em 31 de Dezembro de 1903, p. 19). Embora fosse aventada a criação do curso, por iniciativa particular com subvenção do Governo, os investimentos eram muito superiores aos da Escola de Artes. Afinal, em 1906, por iniciativa do Governo, foi criado o Curso de Agronomia. As aulas teóricas funcionaram junto com aquelas do Instituto Comercial do Paraná, fundado no ano anterior e, as aulas práticas, no campo experimental do Campo do Bacacheri (PR. Relatório em 31 de Dezembro de 1906, p. 5).

Os cursos comerciais constituíram outra urgente necessidade no Estado. Nem sempre criados pelo governo recebiam, porém, incentivos e subvenções. Em 1906, Dr. João Cândido Ferreira criava, em Ponta Grossa, um Instituto Comercial particular, com subvenção do Governo. As disciplinas, ali ministradas, incluíam os estudos de línguas portuguesa, francesa e alemã, geografia, aritmética, geometria, história do Brasil e escrituração mercantil (PR. Relatório em 31 de Dezembro de 1906, p. 5). Confiantes na subvenção do Governo, professores criaram cursos comerciais particulares, em Paranaguá, Castro e Guarapuava, os quais, juntamente com aquele de Ponta Grossa, tiveram, temporariamente, suspensas as subvenções em 1914, por medida de economia, sendo restauradas em 1922 (PR. Relatório em 31 de Dezembro de 1914, p. 27-14).

Em 1925, em razão da Reforma do Ministro João Luís Alves para o ensino secundário e superior, o curso comercial sofreu interferências, provocadas pelas mudanças naqueles níveis de ensino. O novo Regulamento ordenava os trabalhos nos institutos comerciais, pelo Decreto nº 769 de 15 de julho (PR. Relatório do Instituto Comercial, 1925, p. 611-17), que estabelecia: a alteração do período de funcionamento do curso de

dois para três anos; a admissão de alunos aprovados em exames de admissão ou comprovação de exames realizados no Ginásio Paranaense; e a diplomação de “guarda-livros” pelos alunos, que era o nome dado aos contabilistas daquela época. O novo Regulamento de 1928 passava a estabelecer, para o Instituto Comercial de Curitiba, três modalidades de cursos, um dos quais era específico para a formação de contabilista. Assim, estabeleceram-se o Curso de Auxiliar de Comércio, o Curso de Guarda-Livros e o Curso de Contador (PR. Decreto nº 1.283 de 22 de agosto de 1928, p. 769-90), que serviram de modelo para os demais cursos comerciais no Paraná.

A clientela dos cursos comerciais foi, na maioria dos casos, proveniente de camadas sociais mais pobres, tendo em vista somente a exigência de curso primário, sem a formação do Ginásio ou da Escola Normal. Foi, pois, a vertente de formação que se abriu, para o ingresso de jovens de famílias mais pobres com perspectivas profissionais, ficando os cursos do Ginásio e da Escola Normal, o primeiro para os que prosseguiram estudos superiores e, o segundo, também profissionalizante, destinado, principalmente, às moças de destacadas famílias dos meios político, econômico e cultural do Paraná.

Se os cursos profissionalizantes atendiam, de um lado, jovens de famílias mais importantes por sua posição social, de outro atendiam também aqueles de famílias mais pobres, oportunizando a formação profissional. De qualquer forma, a Escola Normal ainda não tinha sido estruturada nos moldes que a conhecemos após a Reforma Capanema, exigindo, anteriormente ao seu ingresso, a formação ginásial. Naquele período, do final do século XIX e início do século XX, exigia-se a conclusão do primário para o ingresso na Escola Normal, diplomando-se então como professor, apto para o magistério.

Entretanto, a falta de escolas para atender aos filhos de camadas sociais mais elevadas da sociedade paranaense preocupava as autoridades que viam, na saída de jovens para estudarem em centros como São Paulo e Rio de Janeiro, um total desprestígio à estrutura escolar e de ensino, existentes no Paraná. Tornava-se urgente incentivar pessoas a criarem estabelecimentos onde os jovens paranaenses pudessem encontrar o tipo de formação correspondente às expectativas e às exigências daquelas camadas. Era importante que se criassem escolas com organização e padrão de ensino semelhantes aos daqueles centros maiores. Além de subvenções, o governo dava liberdade às atividades escolares das instituições, não exigindo o cumprimento das disposições curriculares estipuladas nos Regulamentos de Ensino.

Como aconteceu com as escolas públicas, o maior número de estabelecimentos particulares concentrou-se em Curitiba, por ser ela o centro das decisões administrativas e, principalmente, onde ocorriam os eventos culturais e sociais de maior relevância do Estado. Apesar da situação privilegiada de Curitiba, outras cidades não deixaram de gozar deste benefício como Paranaguá, Castro, Ponta Grossa, Guarapuava e Rio Negro, pela simples razão de contarem, também estas cidades, com uma população jovem necessitada de escolas deste porte. Afinal, estas cidades faziam parte da antiga ocupação do Estado, sendo originadas pela fixação de famílias que integraram a tradicional família paranaense.

No final do século XIX, tanto o norte do Paraná quanto a região sudoeste do Estado começaram a ser ocupados, respectivamente, por famílias mineiras e paulistas, em busca de terras favoráveis às plantações de café, e por famílias gaúchas e catarinenses, formando grandes fazendas ou pequenas propriedades. Notadamente, no norte, verificou-se a presença de famílias com mais recursos financeiros, que deram origem a centros urbanos bem desenvolvidos, atingindo em pouco espaço de tempo a condição de cidades, como Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Tomazina. Ao sudoeste, foi a cidade de Palmas que congregou famílias de elevado padrão econômico, em razão da formação de grandes fazendas.

Os estabelecimentos particulares que foram sendo criados apresentaram peculiaridades que lhes foram próprias: a) conforme a destinação do ensino, denominavam-se escolas, quando eram de ensino primário e colégios, quando havia ensino primário e ginásial, ou somente ginásial (embora isso não fosse comum); b) conforme a moradia dos alunos estabeleceu-se o regime de externato, para alunos não pensionistas e internato, para alunos pensionistas; c) conforme a clientela foram criadas escolas masculinas, para meninos e escolas femininas, para meninas. Vale frisar que as escolas mistas foram pouco comuns entre as particulares, no início do século XX.

A respeito da clientela destas escolas, o Inspetor Geral Luiz Antônio Xavier, em 1908, dizia que dentre os religiosos, somente o colégio dirigido pelos frades franciscanos era destinado à educação de crianças do sexo masculino; os demais, à educação de meninas. Os profanos querendo referir-se aos colégios leigos, ora à educação de meninos, ora a de meninos e de meninas, ao mesmo tempo (PR. Relatório em 1908, p. 49).

Em relação aos estabelecimentos leigos ou religiosos, um aspecto de nota cabe ser mencionado: a relação direta entre a classe social do diretor ou o nível sócio-econômico da ordem religiosa. Mediante tais características, o estabelecimento obtinha prestígio e distinção social que também se revelava, em parte, pela sua localização, quer fosse na Capital quer fosse em cidades mais movimentadas. Isso, inclusive, refletia-se no nível social das famílias que procuravam as instituições, cujos preços das mensalidades variavam, bem como o tratamento menos ou mais protocolar ou cerimonioso dispensado pelas direções. Comentários sobre a distinção social entre colégios e entre escolas particulares foram feitos pelo Inspetor Luiz Xavier, em seu relatório, afirmando a respeito da influência direta no nível social da clientela admitida nos estabelecimentos (PR. Ibid, p. 49).

A maioria dos colégios religiosos começou a funcionar, em Curitiba, a partir de 1903, embora alguns deles desenvolvessem suas atividades, já há alguns anos, sem obterem, porém, o prestígio dos estabelecimentos religiosos criados naquele ano. Os estabelecimentos leigos, apesar de sua organização e padrão de ensino, não conseguiram também conquistar o mesmo prestígio dos religiosos. Tanto assim, que os estabelecimentos leigos foram de breve duração, fosse pelo ensino ou pela mudança de residência de seus proprietários. O fato é que foram, principalmente, os estabelecimentos religiosos que permaneceram em funcionamento devido, provavelmente, à fixação de residência pelas irmandades e ao compromisso que se impunham de organização e seriedade, na condução das atividades escolares. Tanto irmandades católicas quanto protestantes primaram por essas características, cabendo ressaltar a Escola da Comuna Alemã, criada por religiosos protestantes em 1865, em Curitiba (OLIVEIRA, 1986, p. 206), continuou em funcionamento, e ainda perdura em dias modernos, sob a denominação de Colégio Luterano.

Em 1903, a primeira escola particular de irmandade religiosa francesa foi criada em Paranaguá, o Colégio São José, pelas Irmãs de Caridade de São José que, logo em seguida, criavam outro colégio, em Curitiba. Ainda em 1903, havia escolas em atividade em 10 municípios, sendo que Paranaguá, Castro e Ponta Grossa, Antonina e Araucária congregaram maior número de escolas, em razão do índice elevado de sua população escolar e por sua localização, atraindo crianças de cidades e vilas vizinhas (PR. Relatório do Inspetor Geral em 1903. Anexos).

Conforme o Relatório do Inspetor Xavier, de 1908, a maioria dos estabelecimentos religiosos de Curitiba, com exceção do Colégio Divina Providência (fundado por

irmãs alemãs), foram fundados por irmandades francesas, dentre os quais sobressaíram-se os colégios femininos de Nossa Senhora do Sion e Nossa Senhora de Lourdes, este último, da Congregação das Irmãs de Caridade de São José, ambos freqüentados por meninas e jovens das famílias mais importantes de Curitiba (PR. Relatório do Inspetor Geral em

1908, p. 49). Por pessoas leigas, foram criados os colégios Paranaense, dirigido por Dr. Marins Camargo, o Santa Júlia, pelo Professor Guimarães e o Republicano, por Dr. Fernando Moreira. A maioria deles manteve regime de externato e internato, procurando atender alunos residentes no interior do Estado (PR. Ibid, p. 49).

Na década de 1920, os Municípios de Prudentópolis, Imbituva, Irati, Marechal Mallet, situados para os lados das regiões sul e oeste, já começavam a contar com escolas particulares, cabendo salientar a composição de suas populações, predominantemente de origem estrangeira: alemã, polonesa e ucraniana. Verificou-se a criação de escolas e/ou colégios por irmandades religiosas, polonesa e ucraniana, bem como escolas criadas pelos próprios imigrantes ucranianos.

Também cabe lembrar a participação das Irmãs de Caridade de São José na instalação de instituições, em várias cidades do interior (PR. Relatório em 1921. Anexos). Outro aspecto a chamar a atenção foi quanto à criação de escolas particulares por padres em suas paróquias, razão pela qual encontrou-se, nos relatórios, registro de escolas particulares paroquiais em funcionamento, em vários municípios.

Constatou-se também que, em 1921, tanto na Capital quanto no interior, foram criados vários estabelecimentos por pessoas leigas, estimuladas pelo movimento em torno da educação que, nessa década, adquiriu maior força. Em Curitiba, no final da década de 1920, havia 42 estabelecimentos em funcionamento, dos quais destacavam-se os religiosos, embora os leigos gozassem de bom conceito.

No interior, as escolas particulares não foram tão prontamente criadas como na Capital. No início do século, poucas cidades contaram com estabelecimentos de maior relevância, fosse pelo ensino ministrado ou pela organização da instituição embora, em termos de localidade, elas lograssem certa importância quando comparadas às escolas públicas, sempre carentes de recursos. Todavia, na década de 1920, começaram a surgir maior número de escolas e colégios no interior, mediante ao processo de interiorização do ensino particular, que se irradiou da Capital para o interior.

O número de instituições criadas no interior, em 1921, elevou-se no ano seguinte, quando totalizou 90 estabelecimentos. Por volta de 1928, os municípios do interior contavam com 97 casas de ensino, as quais, somadas às 42 casas de ensino de Curitiba, perfizeram o total de 137 estabelecimentos particulares (PR. Relatório em 1922 e 1928. Anexos).

O movimento liderado por educadores, na década de 1920, embora defendesse a educação como dever e responsabilidade do Estado, sendo acessível a toda a população, teve grande repercussão no ensino privado, incentivando a abertura de maior número de escolas particulares, na Capital e no interior. A demanda de crianças nesses estabelecimentos também motivou a elevação de seu número, tendo em vista a facilidade das famílias de classe média ao encaminharem os filhos para escolas mais próximas das residências. Isso, porém, não invalida a idéia de que ainda muitas crianças e jovens tinham de estudar em Curitiba, ou fora do Estado, em São Paulo ou Rio de Janeiro, como até então era costume entre muitas famílias, principalmente as que viviam no interior do Estado. Daí porque os estabelecimentos particulares, à medida que foram interiorizando-se, desempenharam importante papel na vida social, e mesmo familiar, em razão de sua contribuição na dinamização e na expansão do ensino primário e secundário, no Estado do Paraná.

No estudo sobre essas escolas, alguns aspectos cabem ser destacados, tais como:

1. as escolas particulares foram criadas por brasileiros e estrangeiros;
2. houve escolas particulares, administradas por brasileiros e estrangeiros;
3. houve escolas particulares com subvenção, como também sem subvenção, que funcionaram após a permissão do Estado;
4. tanto as escolas particulares subvencionadas quanto aquelas sem subvenção apresentaram padrões de ensino e organização elevados;
5. houve certa liberalidade no cumprimento do programa oficial como forma de atrair e incentivar a criação de escolas, pela iniciativa particular.

O incentivo dado pelo Governo para a abertura de escolas e colégios particulares, visou ao atendimento dos filhos das camadas média e alta da sociedade paranaense, fossem eles localizados na Capital ou no interior. O incentivo voltou-se, principalmente, para as irmandades religiosas, conhecidas por sua dedicação e devotação ao ensino. Assim, pois, os colégios religiosos tiveram papel relevante na estruturação do ensino e na formação de jovens professoras. As moças, após concluírem os estudos, ingressavam na Escola Normal e tornavam-se professoras. Muitas delas compuseram o Quadro Docente do Estado, indo atuar em escolas públicas da rede estadual, preferencialmente nos grupos escolares, para os quais o Governo procurava encaminhar professores normalistas. Daí explica-se o porque do nível de ensino dos grupos escolares ser mais elevado do que o de escolas simples, nestas últimas lecionando professores sem formação pedagógica, ou mesmo pessoas contratadas como professores por terem algum conhecimento de leitura, escrita e cálculo.

Com as escolas e colégios particulares para atender às expectativas de camadas sociais mais exigentes, o Governo do Estado pôde ocupar-se com o ensino destinado às camadas mais pobres da sociedade e, aos poucos, procurar minimizar os problemas e as carências que envolviam o setor da instrução pública, dentre eles a formação de professores mais habilitados.

Referências Bibliográficas:

LIMA, E.C. (1982). Victor Ferreira do Amaral e Silva. (O reitor de sempre). Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 520 p.

OLIVEIRA, M.C.M. de (1986). O ensino primário na Província do Paraná, 1853-1889. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná/Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 309 p.

_____. (1985). A organização da rede escolar no Paraná Provincial. EDUCAR, Revista do Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, v. 4, n. 2, p. 125-30, 178 p.

WACHOWICZ, R.C. (1983). Universidade do Mate. História da UFPR. Curitiba: APUFPR, 189 p.

PARANÁ. RELATÓRIOS.

PARANÁ (1896). Relatório apresentado ao Sr. Dr. José Pereira Santos Andrade, Governador do Estado do Paraná pelo ... Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 1º de Setembro de 1896. Curitiba: Typographia Modelo, 1v.

_____. (1904). Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor do Amaral e Silva, Diretor Geral da Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1903. Curitiba: Typ. d'A República, 1v.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Bento José Lamenha Lins Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, Diretor Geral da Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1906. (s.n.t.) 1v.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná pelo Coronel Luiz Antônio Xavier, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. 1908. Curitiba: (s.n.t.) 1v.

_____. (1915). Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado pelo Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1914. Curitiba: Typ. do Diário Oficial, 1v.

_____. (1917). Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1916. Curitiba: Typ. d'A República, 1v.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1917. (s.n.t.) 1v.

_____. (1923). Relatório apresentado ao Exmo. Dr. Secretário Geral do Estado pelo Professor Cesar Pietro Martinez, Inspetor Geral do Ensino. 1922. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1v.

Relatório do Instituto Comercial. In: _____. Relatório apresentado ao Secretário Geral do estado pelo Inspetor Geral do Ensino do Estado do Paraná, Dr. Lysimaco Ferreira da Costa. 1925. (s.n.t.). 1v.

_____. Relatório apresentado pelo Inspetor Geral do Ensino, Dr. Lysimaco Ferreira da Costa. Curitiba: Dezembro de 1928. (s.n.t.). 1v. Relatório mecanografado.

Decreto n. 1.283 de 22 de agosto de 1928. In: _____. Relatório apresentado pelo. Dr. Lysimaco Ferreira da Costa. Curityba: Dezembro de 1928. (s.n.t.). 1v.